



Operação Firewall mira esquema criminoso de acesso ao sistema de justiça

Visando reprimir esquema criminoso de acesso ao sistema judicial, foi deflagrada, nesta quinta-feira (5/2), a operação Firewall, coordenada pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) em conjunto com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos no estado de Goiás e no Distrito Federal, resultando no recolhimento de equipamentos eletrônicos, como celulares e notebook, e mídias digitais.

A investigação tramita na Delegacia de Polícia Civil em Peçanha, região do Vale do Rio Doce. De acordo com o delegado da PCMG Robert Salles, que participou da ação policial no Distrito Federal, as apurações começaram em janeiro deste ano, a partir da constatação de acesso indevido às credenciais de servidor público para a manipulação de informações.

“A primeira linha investigativa é que esses criminosos, utilizando-se de recursos de engenharia social – o phishing – acessavam e-mails de servidores, conseguiam instalar um vírus no computador e, assim, subtraíam essas credenciais para o acesso ao sistema”, explicou.

Repressão

Em complemento, o delegado Marceleandro Clementino da Silva, que esteve presente na execução das ordens judiciais em Goiás, informou que, “dentro do estado de Minas Gerais, alguns alvos [da Justiça] tiveram mandados de prisão cumpridos, mesmo sem isso ter acontecido”.

O policial civil mineiro reforçou que a operação visa desarticular práticas que atentem contra a legalidade e a confiabilidade das informações judiciais, de modo a impedir que dados sejam alterados de forma indevida e criminosa.

Os materiais apreendidos serão submetidos a análises técnicas e periciais para aprofundar a apuração dos fatos e identificar outras eventuais pessoas atuantes no esquema, objetivando à responsabilização criminal dos envolvidos, a defesa da ordem jurídica e a proteção do regular funcionamento da Justiça.

Integração

A operação é resultado do trabalho integrado das polícias civis de Minas Gerais, do Distrito Federal, de Goiás e de Santa Catarina; do Gabinete de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (GSI/TJMG); e dos Núcleos de Inteligência e Segurança do Tribunal de Justiça (NIS) de Santa Catarina e de Goiás, com suporte da inteligência da Divisão de Segurança da Informação (Disi) do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTI) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).